

Política

20 AGO 1985

REFORMAS

Governo cria comissão constitucional

por Márcio Chaer
de Brasília

Instala-se na semana que vem, no Ministério da Justiça, em dia que o presidente Sarney possa estar presente, a Comissão de Estudos Constitucionais, cujos membros foram definidos ontem. Dos cinquenta eleitos, trinta são juristas.

Foram mantidos 21 dos 33 nomes da lista atribuída a Tancredo Neves. A novidade foi a introdução de dois representantes, não militares, das Forças Armadas: o professor da Escola Superior de Guerra (ESG), Ney Prado, e o consultor jurídico do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), José Alberto Assunção.

Confirmou-se na presidência da comissão o constitucionalista Afonso Arinos de Melo Franco e na secretaria-executiva o jornalista Mauro Santayanna. O senador Fernando Henrique Cardoso, que seria o relator, foi um dos doze nomes da lista de Tancredo não confirmados pela rela-



Fernando Lyra

ção aprovada pelo presidente José Sarney, na tarde de ontem.

"A comissão se autogerará" — informou o ministro Fernando Lyra, ao divulgar os seus membros, acrescentando que hoje mesmo entrará em contato com Afonso Arinos para os primeiros acertos necessários, uma vez que o Ministério da Justiça é que fornecerá toda a infra-

estrutura de trabalho à comissão.

Lyra adiantou que, apesar de a instalação ocorrer em Brasília, a comissão se reunirá também no Rio de Janeiro, em São Paulo e, por sua reivindicação, em Recife. O ministro informou, ainda, que a comissão disporá de assessorias e consultorias para temas específicos, como a condição do índio, do negro e da mulher.

Segundo interpretou o secretário Mauro Santayanna, ao armar-se a representatividade da sociedade dentro da comissão, evitou-se marcá-la pelo corporativismo. "Ao invés da representatividade orgânica" — analisou o jornalista — "em alguns casos se optou pela representatividade tácita." Mesmo assim, porém, foram relacionados o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Luis Eulalio de Buene Vidigal Filho, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), José Fran-

cisco da Silva, o secretário das Igrejas Protestantes, reverendo José Ferreira Cunha, o padre Fernando Bastos D'Ávila e o diretor do departamento intersindical de estatísticas, Walter Barelli.

A comissão, pelo que fixou o decreto presidencial assinado dia 18 de julho, terá dez meses para elaborar seu trabalho. O documento a ser produzido "será apenas uma referência para a Constituinte, já que não se pretende, de forma nenhuma, interferir em sua ação", disse o ministro da Justiça. "Essa" — reforçou — "será a contribuição do Executivo."

Na opinião do secretário Mauro Santayanna, os nomes escolhidos "compõem o centro de gravidade do pensamento político brasileiro", a marca comum que os une, acentuou, "é o espírito conciliatório". Na sua missão, acrescentou Santayanna, "lançarei mão de todos os meios e recursos para dotar a comissão dos melhores elementos para suas conclusões".

As propostas do Legislativo

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

Cinco parlamentares apresentaram emendas à emenda do governo que convoca a Constituinte, sem o número de assinaturas necessárias — 160 deputados e 23 senadores. Foram os deputados Nelson Marchezan (PDS-RS), Domingos Leonelli (PMDB-BA), Victor Faccioni (PDS-RS), Jorge Uequed (PMDB-RS) e o senador Itamar Franco (PMDB-MG). O senador apresentou duas emendas que só completaram o número de

assinaturas ontem, sendo entregues novamente ao presidente da comissão mista, senador Helvídio Nunes (PDS-PI). O prazo regulamentar para entregar as emendas, no entanto, terminou na sexta-feira passada.

O presidente da comissão aceitou a reentrega da emenda do senador Itamar Franco porque julgou a "situação diferente em relação aos outros, que precisam de muito tempo e atividade" para obter o número necessário, disse Helvídio Nunes. Ele informou que as emendas do se-

gador Itamar Franco precisavam de apenas sete assinaturas, enquanto outras continham apenas três assinaturas de senadores. O presidente da comissão não quis divulgar os números das quatro emendas irregulares, "para não expor os parlamentares".

O senador Helvídio Nunes vai levar o problema à comissão mista, inclusive ao do senador Itamar Franco: "Não cabe ao presidente decidir", concluiu. Para ele as emendas "estão declaradamente ineptas". A comissão mista reúne-se hoje às 15h30 no Senado, e vai tratar, segundo o seu presidente, da questão das emendas irregulares e estabelecer ainda um roteiro para os seus trabalhos.

Halvídio Nunes também não quis comentar os pontos polêmicos das emendas apresentadas devido à sua condição de presidente, entretanto em relação aos candidatos avulsos o senador acha que "não há possibilidade de sustentar as candidaturas avulsas". Argumenta o presidente da comissão que "não há país no mundo em que se pratique a democracia sem partidos sólidos. Admitindo-se as candidaturas avulsas está-se trabalhando contra os partidos e conseqüentemente contra a democracia", raciocina Helvídio Nunes.

A emenda do deputado Nelson Marchezan tratava

da data da eleição da Constituinte, separando-a da eleição para Câmara e Senado. A data ideal para o deputado é 1º de junho de 1986. Para Marchezan os candidatos à Constituinte devem ser filiados a partidos políticos. Outra emenda sem o número de assinaturas exigido, a do deputado Victor Faccioni, abria possibilidade para a apresentação de candidatos avulsos representando categorias profissionais.

A do deputado Domingos Leonelli marcava a posse da Assembléia para 15 de janeiro de 1987, atribuindo ao presidente do Congresso a presidência da sessão de instalação. Conceder anistia ampla, geral e irrestrita aos punidos por legislação revolucionária era a idéia do deputado Jorge Uequed, e eleger uma assembléia desvinculada do Congresso e um vice-presidente da República são as emendas do senador Itamar Franco.

Entre as quinze emendas apresentadas à comissão, na sexta-feira, com o número de assinaturas exigido, estão as dos deputados Floriceno Paixão (PDT-RS), Hermes Zanetti (PMDB-RS), Gerson Peres (PDS-BA), Leur Lomanto (PDS-BA), Djalma Bom (PT-SP), Pedro Colin (PDS-SC), Nadir Rossetti (PDT-RS), Manoel Costa Júnior (PMDB-MG) e Marcelo Linhares (PDS-CE).

Comissão de Estudos Constitucionais

- Afonso Arinos de Melo Franco (jurista)
- Alberto Venâncio Filho (jurista)
- Antônio Ermirio de Moraes (empresário)
- Barbosa Lima Sobrinho (jornalista)
- Bolívar Lamounier (cientista social)
- Cândido Antônio Mendes de Almeida (jurista)
- Célio de Oliveira Borja (jurista)
- Celso Furtado (economista)
- Cláudio Lacombe (jurista)
- Cláudio Pacheco (jurista)
- Clóvis Ferro Costa (jurista)
- Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque (jurista, reitor da UnB)
- Edgard de Godoy da Mata Machado (jurista)
- Eduardo Mattos Portella (ex-ministro da Educação, membro da ABL)
- Evaristo de Moraes Filho (jurista)
- Fábio Konder Comparato (jurista)
- Fajardo José Pereira Faria (jurista)
- Pe. Fernando Bastos D'Ávila (sacerdote católico)
- Floriza Verucci (jurista, especializada em direito da mulher)
- Gilberto de Ulhoa Canto (jurista, especializado em direito tributário)
- Hélio Jaguaribe (cientista político)
- Hilton Ribeiro da Rocha (médico)
- Josaphat Ramos Marinho (jurista)
- João Pedro Gouveia Vieira (empresário)
- Joaquim Arruda Falcão Neto (jurista, chefe gabin. ministro Justiça)
- José Afonso da Silva (jurista)
- José Alberto Assunção (jurista, consultor do EMFA)
- José Francisco da Silva (agricultor, pres. Contag)
- José Meira (jurista) (PE)
- José Saulo Ramos (jurista, ex-deputado) (SP)
- José Paulo Sepúlveda Pertence (jurista, procur. geral República)
- Rev. José Ferreira Cunha (pastor, secr. igrejas prot.)
- Jorge Amado (escritor)
- Luis Eulalio Vidigal (empresário, pres. FIESP)
- Luis Pinto Ferreira (jurista) (PE)
- Mário de Souza Martins (jurista, ex-senador)
- Mauro Santayana (jornalista)
- Miguel Reale (jurista)
- Miguel Reale Júnior (jurista)
- Miguel Seabra Fagundes (jurista)
- Ney Prado (professor da Escola Superior de Guerra)
- Odilon Ribeiro Coutinho (empresário) (PB)
- Orlando M. de Carvalho (jurista)
- Paulo Bonavides (jurista) (CE)
- Paulo Brossard de Souza Pinto (jurista)
- Rafael de Almeida Magalhães (jurista) (RJ)
- Raul Machado Horta (jurista) (RS)
- Rosah Russomano (jurista)
- Sérgio Franklin Quintella (empresário)
- Walter Barelli (diretor do DIEESE)

LIDERANÇA

Prerrogativas serão revistas por comissão

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, reuniu os líderes dos partidos na Casa para anunciar a formação de uma comissão que vai elaborar uma emenda à Constituição, repondo prerrogativas do Congresso. A comissão será formada por 22 parlamentares — deputados e senadores — proporcionais a cada partido e surgiu de um acordo com o presidente do Senado, José Fragelli.

A emenda da Constituição vai "recuperar os poderes e prerrogativas fundamentais para a independência do Congresso", afirmou o deputado Ulysses Guimarães. Na mesma reunião, o presidente da Câmara acertou com as lideranças partidárias a instituição das terças, quartas e quintas-feiras de todas as semanas do mês como sendo "dia de votação". A caracterização dos dias de votação servirá para a verificação da frequência dos parlamentares. E, naturalmente, o corte do jeton dos ausentes.

Para que seja pedida a verificação de presenças — quórum —, basta vinte parlamentares concordarem com a medida e encaminharem o pedido ao presidente da mesa. Entretanto, o deputado Ulysses Guimarães informou que o expediente de voto de lideranças vai continuar: "O importante é que se vote, se se está votando se está cumprindo o papel", salientou o deputado. O pedido de verificação de quórum, para o presidente da Câmara, deve ser solicitado "quando houver controvérsia na votação".

Com a adoção de prerrogativas constitucionais,

continua o deputado Ulysses Guimarães, "o Congresso vai integrar-se em seu verdadeiro papel constitucional e os líderes vão trabalhar mais em conjunto com seus liderados", salientou o deputado. Ulysses Guimarães acredita que o "próprio Legislativo passa a se reintegrar" ao adotar medidas que o deixem mais independente. E o líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga (PMDB-MG), acha que, "a partir de agora, fica praticamente nula a possibilidade de o deputado ganhar jeton sem comparecer".

O líder do PDT, Nadir Rossetti (RS), salientou, após a reunião, o papel da imprensa em relação ao Congresso. "O movimento da imprensa serviu para formar a consciência de que são necessárias mudanças" no Legislativo, afirmou Rossetti. Para o líder pedetista, o Congresso precisa formar consciência para ter "competência de legislar". O corte de jetons não representa nada, na opinião do deputado, em face a necessidade do Congresso de funcionar.

Uma emenda que servirá de ponto de partida para a comissão é a do deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE). Na proposta de emenda à Constituição n° 45, de 1985, o deputado pernambucano "restaura a competência do Congresso na elaboração do orçamento, extingue os decretos-leis, regula a nomeação do procurador geral da República, do presidente do Banco Central, do presidente do Banco do Brasil, a apreciação dos tratados internacionais, dos vetos, a representação sobre inconstitucionalidade e a disciplina do estado de sítio e de emergência".